

Rita Ladeiro

ritaladeiro@cm-porto.pt⁴

Museus de Cidade e Complexidade Urbana: Entre Valores, Território e Participação

⁴ Doutoranda em Estudos do Património – Museologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Alice Semedo.

Resumo

No contexto da “era urbana”, marcada por crescente complexidade social, patrimonial e política, os museus de cidade têm vindo a afirmar-se como dispositivos públicos de interpretação e mediação do urbano. Este artigo analisa em que medida o modelo contemporâneo de museu de cidade constitui um quadro conceptual e operativo capaz de responder aos desafios das cidades europeias. A partir de uma revisão crítica da literatura e dos debates promovidos em redes internacionais como o CAMOC e a CITYHIST, examinam-se os fundamentos epistemológicos do conceito, a sua relação com a gestão baseada em valores e com a abordagem territorial integrada, bem como as suas condições de operacionalização. Discute-se o potencial do museu de cidade enquanto fórum democrático, infraestrutura em rede e laboratório de futuro, identificando simultaneamente tensões e riscos de instrumentalização. Conclui-se que a robustez do modelo depende da articulação entre rigor científico, participação cidadã e governança cultural crítica.

Palavras-chave: museu de cidade; gestão integrada do património; governança cultural; cidadania cultural.

Nota biográfica

Rita Ladeiro estudou Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tendo trabalhado na área até 2012. Posteriormente formou-se em Gestão do Património Cultural na Escola Superior de Educação e realizou investigação no Centro de Investigação e Inovação em Educação e no Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical. É mestre em Teoria e Crítica da Arte (FBAUP, 2019), com dissertação sobre Ângelo de Sousa. Integra a equipa de Mediação e Programação do Museu do Porto, é investigadora da coleção da Fundação Gramaxo e doutoranda em Estudos do Património - Museologia (FLUP), desenvolvendo investigação sobre museu-lugar e metodologias participativas.

Abstract

In the context of the “urban era”, marked by increasing social, heritage and political complexity, city museums have emerged as public devices for interpreting and mediating urban realities. This article examines to what extent the contemporary city museum model constitutes a conceptual and operational framework capable of responding to the challenges faced by European cities. Drawing on a critical review of the literature and debates fostered within international networks such as CAMOC and CITYHIST, it analyses the epistemological foundations of the concept, its relationship with values-based management and integrated territorial approaches, as well as its conditions of implementation. The article discusses the potential of the city museum as a democratic forum, a networked infrastructure and a laboratory for the future, while also identifying inherent tensions and risks of instrumentalization. It concludes that the robustness of the model depends on the articulation between scholarly rigor, civic participation and critically grounded cultural governance.

Keywords: city museum; integrated heritage management; cultural governance; cultural citizenship

Biographical notes

Rita Ladeiro studied Civil Engineering at the Faculty of Engineering, University of Porto, and worked in the field until 2012. She later completed studies in Cultural Heritage Management at the School of Education and conducted research at the Research and Innovation in Education Centre and the Centre for the Study of Sociology and Musical Aesthetics. She holds a Master’s degree in Theory and Criticism of Art (FBAUP, 2019), with a dissertation on Ângelo de Sousa. She is currently part of the Mediation and Programming team at the Museu do Porto, a researcher working with the Fundação Gramaxo collection, and a PhD candidate in Heritage Studies – Museology (FLUP), focusing on the museum-as-place and participatory methodologies.

Introdução

A contemporaneidade é frequentemente descrita como a “era urbana”, um período marcado por crescimento demográfico acelerado, intensificação das mobilidades e crescente complexidade social, cultural e ambiental. Nas cidades europeias concentram-se hoje desafios estruturantes - desigualdades territoriais, pressões sobre o património, diversidade cultural, crises climáticas e disputas de memória - que exigem novos dispositivos públicos de interpretação e mediação. Neste contexto, os museus deixaram de poder limitar-se à custódia de coleções e à preservação de narrativas estabilizadas. São convocados a produzir inteligibilidade sobre o urbano, a negociar conflitos simbólicos e a contribuir para a imaginação coletiva do futuro das cidades.

É neste quadro que o modelo contemporâneo de museu de cidade tem vindo a afirmar-se no debate museológico internacional. Redes como o CAMOC (International Committee for the Collections and Activities of Museums of Cities, do ICOM) e a CITYHIST (City History Museums and Research Network of Europe) têm promovido uma reflexão sistemática sobre o papel destas instituições, defendendo a transição de um museu sobre a cidade - centrado na coleção e numa narrativa histórica linear - para um museu para e com a cidade, entendido como fórum democrático, infraestrutura territorial em rede e plataforma de debate cívico.

Contudo, apesar da crescente consolidação discursiva, o museu de cidade permanece uma categoria aberta e heterogénea. Como observa Francesca Lanz (2019), trata-se de uma “definição ausente”, cuja plasticidade conceptual reflete a diversidade de contextos urbanos e de ecologias institucionais. Esta indeterminação coloca uma questão central: em que medida o modelo contemporâneo de museu de cidade constitui um quadro conceptual e operativo capaz de responder à crescente complexidade urbana, patrimonial e social das cidades europeias?

O presente artigo parte de uma revisão crítica da literatura especializada, dos referenciais normativos internacionais e dos debates promovidos nas redes museológicas europeias para analisar os fundamentos epistemológicos do conceito, as

suas implicações metodológicas e as suas condições de operacionalização. Mais do que validar uma tipologia, procura-se compreender o museu de cidade como dispositivo relacional que articula território, memória e cidadania. Sustenta-se que a robustez do modelo depende menos da sua adoção nominal e mais da capacidade institucional de integrar polifonia, gestão baseada em valores, programação em rede e mecanismos efetivos de participação pública, num equilíbrio exigente entre relevância social, rigor científico e responsabilidade democrática.

1. Gestão integrada do património cultural: bases teóricas, normativas e desafios contemporâneos

A reflexão sobre o museu de cidade exige um enquadramento teórico que articule crítica da modernidade, transformação do campo patrimonial e mudanças de escala na governação do urbano. Num contexto marcado por profundas mutações sociais, económicas e culturais, o património reclama modelos de gestão capazes de lidar com a complexidade, a mudança e a pluralidade de valores. A complexificação contemporânea do património cultural decorre tanto da liquidez das formas sociais e institucionais como da expansão semântica do próprio conceito, impondo uma revisão das categorias tradicionais de conservação e mediação.

A gestão do património cultural opera hoje num cenário de profunda mutação ontológica do seu objeto. Como diagnostica Françoise Choay, assistimos à passagem da estrutura relativamente estável do “monumento histórico” - consagrada pelo saber pericial e pela distância histórica - para a abrangência do património, um conceito que se tornou “nómada” e marcado por “abundância semântica” (Choay, 2010, p. 17). Esta expansão, impulsionada pelo que a autora designa como “Complexo de Noé” ou “inflação patrimonial”, traduz uma ânsia de salvaguarda total perante a aceleração da história e a dissolução de referentes estáveis, fenómenos que dialogam com a condição de “modernidade líquida” descrita por Bauman (2000).

Todavia, esta ampliação não é apenas quantitativa. Marc Guillaume (2003) sublinha que uma política patrimonial que retenha apenas “fantasmas” materiais é

insuficiente. O que torna o presente habitável são as “artes secretas da memória e do esquecimento” (Guillaume, 2003, p. 1), isto é, o modo como as sociedades selecionam, interpretam e negociam sentidos. Nesta perspetiva, o património deixa de ser entendido como conjunto estático de objetos e afirma-se como processo cultural dinâmico, atravessado por disputas simbólicas e políticas.

A crítica de Laurajane Smith ao chamado “Discurso Autorizado do Património” (AHD) aprofunda esta leitura. Para a autora, o património não é entidade neutra nem inerente aos objetos; trata-se de um ato performativo de atribuição de valor no presente, frequentemente mediado por instituições e especialistas que privilegiam monumentalidade e estética em detrimento de memórias quotidianas (Smith, 2006, p. 44). Em contexto urbano, esta crítica revela a cidade como campo de conflitos de memória e visibilidade, exigindo que a gestão patrimonial ultrapasse a lógica do depósito e se assuma como mediação crítica entre narrativas oficiais e experiências sociais plurais.

A resposta metodológica que ganhou centralidade internacional foi a transição para uma gestão baseada em valores (*values-based management*). A Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 2013) constitui documento-chave desta mudança paradigmática ao estabelecer que qualquer política de gestão deve assentar na compreensão do “significado cultural”, definido como valor “estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras” (Artigos 1.2 e 6.2). Ao reconhecer que o significado cultural é dinâmico e não inerente à materialidade física, a Carta instrumentaliza a gestão da mudança, exigindo a identificação rigorosa dos valores (porquê conservar) e dos atributos que os expressam (o quê conservar) antes de qualquer intervenção (Tarrafa Silva & Pereira Roders, 2012; 2021). Esta abordagem fornece uma gramática comum capaz de articular realidades heterogéneas - objetos, lugares, práticas - sob uma matriz de significados partilhados.

Em paralelo, a evolução normativa internacional deslocou a escala de intervenção do monumento isolado para o território urbano. Se a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964) privilegiavam a conservação da matéria e do sítio

monumental, documentos posteriores como a Carta de Washington (1987) e os Princípios de La Valeta (2011) reconheceram as cidades históricas como “organismos vivos” sujeitos a transformação, cuja salvaguarda deve integrar-se numa política coerente de desenvolvimento social e económico (ICOMOS, 1987; 2011).

A Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (UNESCO, 2011) representa passo decisivo nesta mudança de paradigma ao definir a área urbana como resultado de uma “estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais”. A abordagem da Paisagem Histórica Urbana (PHU) transcende a noção de centro histórico e integra o contexto urbano alargado, enfatizando as relações entre lugares, práticas e narrativas. Esta perspetiva converge com a Carta sobre os Itinerários Culturais (ICOMOS, 2008), ao reconhecer que o valor patrimonial emerge das inter-relações e que o conjunto pode ser mais significativo do que a soma das partes.

No plano ético-político, o enquadramento normativo reforça a dimensão social do património. A Convenção de Faro (Conselho da Europa, 2005) coloca a pessoa e as “comunidades patrimoniais” no centro da definição e gestão do património, entendendo-o como recurso para o desenvolvimento humano e para o exercício de direitos culturais. Ao definir comunidades patrimoniais como “conjuntos de pessoas que valorizam aspetos específicos do património cultural que desejam [...] manter e transmitir às gerações futuras” (Artigo 2.º), a Convenção reconhece a pluralidade de significados e a dimensão participativa do processo patrimonial.

Mais recentemente, a Carta do Porto Santo (2021) propõe a transição da democratização da cultura para a democracia cultural, convocando as instituições a criar condições efetivas para que os cidadãos participem na definição de prioridades, narrativas e estratégias. Esta reorientação alinha-se com uma conceção de governação cultural que integra conhecimento técnico, valores sociais e participação cidadã.

Neste cruzamento entre crítica da modernidade, gestão baseada em valores, abordagem territorial integrada e imperativo de cidadania cultural, consolida-se um quadro teórico-normativo robusto para a gestão integrada do património. Tal enquadramento desloca o foco do objeto isolado para sistemas complexos, do edifício

para o território, da autoridade exclusiva para a mediação crítica e da conservação material para a negociação de significados.

A pertinência deste paradigma para os museus de cidade reside precisamente na sua capacidade de responder à complexidade urbana contemporânea. Ao articular valores, atributos, escalas territoriais e participação pública, a gestão integrada oferece fundamentos conceptuais e operativos capazes de sustentar práticas museológicas orientadas para a pluralidade, a responsabilidade democrática e a inteligibilidade crítica do urbano.

2. O modelo contemporâneo de museu de cidade: epistemologia, redes e práticas emergentes

A compreensão do museu de cidade no século XXI exige a sua contextualização no que Orloff (2008) designa como a “era urbana”. Se o século XIX foi marcado pelo museu de história natural e o século XX pelo museu de arte, o presente século afirma-se como o momento do museu de cidade, uma vez que é nas cidades que se concentram os principais desafios da civilização contemporânea (Orloff, 2008, p. 27). A aceleração das dinâmicas metropolitanas, a superdiversidade cultural e as crises socioambientais colocaram o modelo museológico clássico - centrado na custódia de coleções e na narrativa histórica estabilizada - perante uma crise de relevância. Os museus são hoje convocados não apenas a preservar o passado, mas a interpretar transformações em curso, mediar tensões sociais e contribuir para a ativação da cidadania. A cidade deixa de ser cenário e torna-se objeto de conhecimento, conflito e imaginação pública.

A redefinição tipológica do museu de cidade não produziu uma fórmula estanque. Francesca Lanz (2019) caracteriza-o como portador de uma “definição ausente” (missing definition), sublinhando a dificuldade - e talvez a impropriedade - de fixar uma categoria uniforme para instituições profundamente enraizadas em contextos locais distintos (p. 655). Longe de constituir fragilidade epistemológica, esta abertura conceptual funciona como vantagem estratégica: o museu de cidade é uma instituição

“em construção”, cuja heterogeneidade reflete a complexidade do território urbano e a vitalidade das suas práticas (Lanz, 2019; 2023).

Esta renovação manifesta-se numa mudança gramatical que traduz uma posição política. O museu transita de uma lógica sobre a cidade - centrada na representação histórica e na coleção - para um museu para e com a cidade. Nesta configuração, assume-se como “Fórum” ou “Ágora”, espaço de diálogo que facilita o exercício do “Direito à Cidade”, tal como formulado por Lefebvre e Harvey (Pérez Rubiales, 2020). A narrativa abandona a linearidade cronológica e adota uma temporalidade dialética: o passado é mobilizado como ferramenta crítica para interpretar o presente e moldar o futuro urbano (Grewcock, 2006). Como observa Jones (2008), passado, presente e futuro interpenetram-se, exigindo que o museu se posicione nessa interseção para influenciar atitudes e imaginários sobre o devir urbano (p. 8).

Neste quadro, o museu de cidade afirma-se simultaneamente como instituição cultural e dispositivo de cidadania. A sua função democrática não se limita à difusão de conhecimento histórico, mas envolve a criação de condições para a participação, a apropriação simbólica do espaço urbano e a negociação plural de sentidos. Uma das teses centrais deste paradigma é a conceção da cidade como “maior artefacto patrimonial” (Jones, Macdonald & McIntyre, 2012). Consequentemente, o museu não pode restringir-se a um edifício central, devendo operar como instituição expandida, articulando lugares, coleções e narrativas dispersas.

As redes internacionais desempenharam papel determinante na consolidação deste modelo. A Declaração de Barcelona sobre os Museus de Cidade (CITYHIST, 2013) afirma que o objeto comum destes museus são “as cidades e os seus cidadãos”, assumindo a diversidade como traço constitutivo. O CAMOC, criado em 2005 no âmbito do ICOM, estabeleceu-se como fórum de reflexão para instituições que lidam com a vida urbana contemporânea e com o futuro das cidades (Macdonald, 2006). Sob a sua égide, o museu de cidade é entendido como sistema de “conversação distribuída”, capaz de integrar temas como migração, sustentabilidade e conflito urbano (Grewcock, 2006, p. 33).

Paralelamente, a rede CITYHIST enfatizou o rigor académico na historiografia urbana, defendendo o museu de cidade como plataforma académica e rede urbana que contribui para a reescrita dinâmica da história, envolvendo os cidadãos na definição do património (CITYHIST, 2013). Esta articulação entre investigação, mediação pública e participação cívica constitui um dos eixos estruturantes do paradigma contemporâneo. A operacionalização destes princípios é visível em experiências europeias recentes. O Museu de Lisboa, na sua reconfiguração iniciada em 2015, exemplifica a transição para uma “segunda geração” de museus de cidade, assumindo explicitamente a polifonia e integrando narrativas anteriormente marginalizadas - da escravatura às culturas migrantes - numa estrutura multissítios que articula investigação histórica e relevância social contemporânea (Monteiro, 2018).

De modo semelhante, o Museu de História de Barcelona (MUHBA) desenvolveu o modelo de “Museu Cidadão”, convertendo a fragmentação patrimonial num sistema coerente de múltiplas “salas urbanas” distribuídas pela cidade (Roca i Albert & MUHBA Team, 2023). A criação de estruturas como o CRED (Centro de Investigação e Debate) evidencia a articulação entre rigor historiográfico e participação pública. Projetos como o núcleo do Bon Pastor demonstram como experiências sociais periféricas podem ser integradas na narrativa urbana alargada, validando memórias operárias como património fundamental (Pérez Rubiales & MUHBA Team, 2019).

Em síntese, o museu de cidade deixou de ser mera categoria temática - um museu de história local - para se afirmar como postura metodológica e política. A sua assunção implica compromisso com três eixos fundamentais: (1) polifonia, reconhecendo a pluralidade interpretativa da cidade; (2) território, operando em rede para além do edifício central (se existir); e (3) futuro, rejeitando a nostalgia em favor da participação ativa na construção do devir urbano. O modelo internacional de redes surge, assim, como arcabouço conceptual e operativo capaz de sustentar esta missão complexa num contexto europeu marcado por desafios patrimoniais, sociais e políticos crescentes.

3. Tensões, limites e condições de operacionalização do paradigma: entre relevância pública, governança e o papel das redes

A discussão sobre a robustez do modelo contemporâneo de museu de cidade ultrapassa o domínio estritamente museológico. Trata-se de uma questão simultaneamente política, estratégica e epistemológica, particularmente num contexto em que a urbanização global intensificou o papel simbólico das cidades e o peso cultural dos seus dispositivos de representação. A “era urbana” amplificou uma crise de relevância nos museus: perante cidades densas, desiguais e digitalizadas, o modelo clássico de repositório revelou-se insuficiente para interpretar e mediar sentidos urbanos no presente. Como sublinha Marshall (2023), os museus de cidade enfrentam pressões ideológicas e tecnológicas que os obrigam a deslocar o foco da “coleção e vitrine” para funções de serviço público, investigação, participação e cidadania (pp. 10–13).

A robustez do paradigma deve, por isso, ser avaliada em duas dimensões complementares. Por um lado, o seu potencial enquanto matriz metodológica capaz de organizar a dispersão territorial, simbólica e narrativa do património urbano; por outro, as tensões políticas inerentes à representação pública da cidade. O museu de cidade afirma-se menos como modelo replicável e mais como dispositivo situado, moldado pelas camadas históricas, conflitos e comunidades de cada contexto. A ausência de fórmula rígida - a “definição ausente” identificada por Lanz (2019) - constitui simultaneamente força adaptativa e desafio de coerência.

Uma das contribuições centrais do paradigma reside na valorização do modelo policêntrico e em rede. Em vez de interpretar a dispersão como falha, o museu assume o território como parte integrante do dispositivo museológico, distribuindo a interpretação urbana por múltiplos lugares significativos. Redes internacionais como o CAMOC e a CITYHIST consolidaram esta abordagem, promovendo aprendizagem comparada, partilha de práticas e formação de comunidades epistémicas que reforçam uma governação museológica mais reflexiva e internacionalizada.

Contudo, a adequação do modelo não pode ser aferida apenas pelos seus benefícios operativos. A literatura tem evidenciado que os museus de cidade se situam

no centro de tensões políticas, uma vez que a sua matéria-prima é a própria cidade e os seus conflitos simbólicos. Estudos sobre museus e soft power demonstram como estas instituições podem integrar estratégias de projeção e reputação urbana, funcionando como instrumentos de influência cultural (Decker, 2016). Neste quadro, o risco de captura por agendas de city branding é real, podendo conduzir à harmonização de narrativas e à marginalização de desigualdades, exclusões e conflitos (Lord & Blankenberg, 2015).

A impossibilidade de neutralidade interpretativa agrava esta tensão. O museu não é espelho neutro do passado urbano, mas ator cultural que seleciona visibilidades e silêncios. A questão central não é se deve assumir posição, mas como garantir que essa posição decorre de critérios de rigor académico, ética pública e responsabilidade democrática (Sandahl, 2019).

Deste modo, a operacionalização do paradigma depende menos da adoção nominal da categoria “museu de cidade” e mais da arquitetura institucional que a sustenta: articulação coerente entre núcleos e programas, produção de conhecimento integrado, mecanismos consistentes de participação cidadã e salvaguardas de autonomia crítica. O museu de cidade é, sobretudo, um modo de operar: produzir inteligibilidade urbana, organizar narrativas plurais e criar espaço público de debate. A sua robustez mede-se na capacidade de equilibrar relevância social e densidade crítica, estratégia urbana e ética democrática, participação e responsabilidade institucional.

Referências

- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Carta do Porto Santo. (2021). *A cultura e a promoção da democracia: Para uma cidadania cultural europeia*. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.
- Choay, F. (2010). *Património e mundialização*. Licorne.
- City History Museums and Research Network of Europe. (2013). *Barcelona Declaration on European City Museums*. In T. Marshall & J. Roca i Albert (Eds.), *European city museums* (pp. 20–22). MUHBA.
- Conselho da Europa. (2005). *Convenção-Quadro relativa ao valor do património cultural para a sociedade (Convenção de Faro)*.

- Decker, J. (2016). Cities, museums and soft power [Review of the book *Cities, Museums and Soft Power*, by G. D. Lord & N. Blankenberg]. *Consumption Markets & Culture*, 21(6), 603–612. <https://doi.org/10.1080/10253866.2016.1236254>
- Grewcock, D. (2006). Museums of cities and urban futures: New approaches to urban planning and the opportunities for museums of cities. *Museum International*, 58(3), 32–42.
- Guillaume, M. (2003). *A política do património*. Campo das Letras.
- ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza: Carta internacional para a conservação e o restauro de monumentos e sítios*.
- ICOMOS. (1987). *Carta de Washington: Carta para a conservação de cidades e áreas urbanas históricas*.
- ICOMOS. (2008). *Charter on cultural routes*.
- ICOMOS. (2011). *Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão de cidades e conjuntos urbanos históricos*.
- ICOMOS Austrália. (2013). *The Burra Charter: The Australia ICOMOS charter for places of cultural significance (2013 ed.)*. Australia ICOMOS.
- Jones, I. (2008). Cities and museums about them. In I. Jones, R. R. Macdonald, & D. McIntyre (Eds.), *City museums and city development* (pp. 1–15). AltaMira Press.
- Jones, I., Macdonald, R. R., & McIntyre, D. (Eds.). (2012). *Our greatest artefact: The city*. CAMOC.
- Lanz, F. (2019). City museums: Reflections on a missing definition. *CAMOC Museums of Cities Review*, 02/2019, 4–7.
- Lanz, F. (2023). European city museums: A definition? In T. Marshall & J. Roca i Albert (Eds.), *European city museums*. MUHBA.
- Lord, G. D., & Blankenberg, N. (2015). *Cities, museums and soft power*. AAM Press.
- Macdonald, R. R. (2006). Editorial. *Museum International*, 58(3), 4–5.
- Marshall, T. (2023). City museums in the urban era: Pressures, transitions and opportunities. *CAMOC Review*, 10–13.
- Marshall, T., & Roca i Albert, J. (Eds.). (2023). *European city museums*. MUHBA.
- Monteiro, J. S. (2018). Becoming a city museum: New approaches on time, people and urban heritage at the Museum of Lisbon. In J. Savic (Ed.), *The future of museums of cities: CAMOC annual conference 2018* (pp. 100–105). ICOM/CAMOC.
- Orloff, C. (2008). Museums of cities and the future of cities. In I. Jones, R. R. Macdonald, & D. McIntyre (Eds.), *City museums and city development* (pp. 27–39). AltaMira Press.
- Pérez Rubiales, E. (2020). Right to the city, right of the citizens: For a new generation of city museums. In J. Savic & C. Chiu (Eds.), *City museums as cultural hubs: Past, present and future* (pp. 106–117). CAMOC/ICOM.
- Roca i Albert, J., & MUHBA Team. (2023). MUHBA: From city museum to citizens' museum. In T. Marshall & J. Roca i Albert (Eds.), *European city museums* (pp. 153–176). MUHBA.

Sandahl, J. (2019). Contested issues and museum activism. *CAMOC Museums of Cities Review*, 02/2019, 186–191.

Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. Routledge.

Tarrafa Silva, A., & Pereira Roders, A. (2012). Cultural heritage management and heritage (impact) assessments: Values, attributes and indicators. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 2(2), 108–121.

Tarrafa Silva, A., & Pereira Roders, A. (2021). Taxonomias do significado cultural do património: Valores e atributos. In C. A. Marado, T. Valente, & J. P. Bernardes (Eds.), *Gestão do património cultural: Experiências e desafios* (pp. 10–31). Universidade do Algarve.

UNESCO. (2011). *Recommendation on the Historic Urban Landscape (HUL)*. UNESCO.